

A PÓS-GRADUAÇÃO, A CAPES E OS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privatizados publicizados, como os playgrounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessidade de proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (Milton Santos)¹.

O último decênio representou para a pós-graduação brasileira um período de significativa inflexão em sua trajetória recente, com a consolidação de um modelo consubstanciado em políticas públicas consistentes e duradouras, ainda que discutíveis sob vários aspectos. Por isso mesmo, novos desafios estão agora colocados com a definição do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (PNPG 11-20), como a relação da pós-graduação com a educação básica, seu compromisso com as empresas (inovação) e o desenvolvimento econômico e social, o seu financiamento, as

assimetrias que persistem, a necessidade de multi-interdisciplinaridade nos programas, entre outros.

Um dos fatores destacados no PNPG 11-20 refere-se ao sistema de avaliação dos programas de pós-graduação, que repercute, indiretamente, no processo de recrutamento e permanência (credenciamento/recredenciamento) de docentes pesquisadores, bem como de alunos de mestrado e doutorado. Neste sentido, um indicador importante dos processos avaliativos procedidos pela CAPES, agência governamental de organização e acompanhamento da pós-graduação

1 SANTOS, Milton. **O espaço do homem**. São Paulo: Nobel, 1987 [p. 47-48].

no país, é representado pela produção publicada em periódicos científicos. Parte significativa, senão a maior, dos resultados das avaliações dos programas é decorrente da publicação de docentes e discentes em revistas nacionais e internacionais, distribuídos segundo um sistema classificatório desenvolvido pela CAPES, o *Qualis*².

Assim, pode-se dizer que a importância dos periódicos científicos para a própria sobrevivência da pós-graduação brasileira é, por todos os envolvidos neste âmbito, reconhecida e valorizada. Por todos, menos a própria CAPES!

Isso mesmo! Paradoxalmente, embora haja o reconhecimento compartilhado no campo acadêmico de que as revistas de uma área do conhecimento, responsáveis pela veiculação da produção acadêmica proveniente dos programas de pós-graduação dessa mesma área ou áreas afins, são grandes parceiras do desenvolvimento desses programas, isso não é devidamente reconhecido e valorizado pela CAPES. Estamos nos referindo aqui ao trabalho voluntário daqueles que são responsáveis pela produção dos periódicos e que, na maioria dos casos, são igualmente docentes dos programas de pós-graduação. Esse papel importante sequer é admitido pela CAPES como critério relevante para a avaliação desses docentes de programas de pós-graduação que são também, como dissemos, editores, revisores e colaboradores das revistas.

Esse grande contrassenso vem sendo criticado nos meios acadêmicos. Começando como um rumor, sobretudo entre

editores de revistas do campo das ciências sociais, o movimento cresceu, ganhou ressonância graças a discussões específicas em instâncias da última Reunião Anual da SBPC (2012), foi repercutida pela Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), pelo Fórum de Editores de Revistas da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Educação (ANPED), gerou manifestações contrárias às exigências presentes nos editais CNPq de apoio a periódicos científicos e, finalmente, vem chegando à Educação Física.

Neste sentido, vale destacar documentos que se referem a essa situação, como a “Carta do CBCE aos Pesquisadores do Campo da Educação Física Brasileira”, recentemente veiculada entre associados do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e disponibilizada na página daquela sociedade científica³. Em seu primeiro item, referente aos periódicos científicos, lê-se que o CBCE apoia iniciativas ainda incipientes no interior da área 21 da CAPES, onde se encontra a pós-graduação em Educação Física, no sentido de valorizar o trabalho de editores e pareceristas de revistas da área, por meio de mecanismos que atribuam alguma pontuação destas atividades nos processos de avaliação da CAPES. A carta destaca posição favorável a essa iniciativa de parte do atual coordenador da área 21, professor André Rodacki. O documento, todavia, não informa se tal posição tem o respaldo dos coordenadores dos programas de pós-graduação, tampouco em que ponto estão as tratativas com a

2 “Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. [...] Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção” [sem grifo no original]. Cf. <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>

3 Ver: http://www.cbce.org.br/upload/file/Carta%20CBCE%20pesquisadores%20Ed_Fis_%281%29.pdf

CAPES sobre o assunto [infelizmente, não foi possível encontrar qualquer documento com este escopo entre os disponíveis no site do Fórum Nacional de Pós-Graduação das áreas de Educação Física, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional⁴].

Outro documento importante é o editorial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, da mesma entidade científica, que propugna pela profissionalização das gestões dos periódicos científicos. De forma muito objetiva, asseveram os editores:

É muito importante que a Educação Física/Ciências do Esporte siga discutindo as questões pertinentes à produção e difusão do conhecimento e que, no interior desse intercâmbio de ideias e busca de soluções, aborde o problema da profissionalização do processo de gestão dos periódicos. A simples sobrevivência de nossas publicações é uma questão ainda não resolvida, dependentes que somos de recursos incertos e sazonais [...]. **Ou as revistas se profissionalizam e deixam de viver à custa da dedicação de alguns, ou elas, e a área como um todo, seguirão com dificuldades em avançar** (sem grifo no original) ⁵.

Ainda que o desiderato da profissionalização da gestão dos periódicos da área seja, obviamente, plenamente defensável, é preciso reconhecer que os mecanismos de financiamento dessa profissionalização não estão postos ao alcance de todos, tendo que ser disputado em editais de agências de fomento, sem qualquer garantia de continuidade e estabilidade, e ainda sob

restrições inexplicáveis, como denunciado recentemente por significativo grupo de editores de periódicos das ciências humanas em carta aberta enviada ao CNPQ, a respeito da chamada MCTI/CNPq/MEC/CAPES n.09/2012, que estabelece condicionalidades altamente questionáveis até mesmo para a mera participação de periódicos em tal certame⁶.

Queremos expressar aqui nosso entendimento de que, sejam quais forem as medidas levadas a termo para a efetiva valorização do trabalho de editores, revisores e demais colaboradores das revistas da Educação Física, elas passam necessariamente pela decisiva participação dos programas de pós-graduação da área, como já afirmamos, os principais interessados no processo de ampliação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos periódicos.

Esta revista tem procurado construir suas sessões *temáticas (dossiê)* buscando trazer para a reflexão temas cujos conteúdos vêm sendo discutidos na comunidade acadêmica, de maneira direta ou transversal, ou mesmo que não foram abordados de maneira mais sistemática. Nesta edição, trouxemos um tema que, a nosso ver, ainda incomoda professores e professoras que atuam nos espaços escolares ou nos âmbitos não-formais e informais, nomeadamente, do lazer. A ementa que propusemos, tinha o seguinte enunciado: *análise da situação e das condições dos espaços e equipamentos*

4 <http://www.fef.unicamp.br/posgraduacao/forumpg/>

5 VAZ, A. F.; ALMEIDA, F.Q.; BASSANI, J.J. *Profissionalização dos periódicos: novamente* (editorial). *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 519-520, jul./set. 2012

6 http://br.groups.yahoo.com/group/editores_anpege/files/

destinados à Educação Física nos âmbitos escolar e não-escolar, como fator imprescindível para se repensar a qualidade do trabalho pedagógico e social dos professores de Educação Física.

Acreditamos que o tema e o conteúdo proposto na ementa se justificam, considerando-se que já faz muito tempo que professores e professoras que atuam nas escolas, sobretudo as públicas, denunciam a falta de espaços ou a inadequação dos espaços e equipamentos para a concretização das aulas de Educação Física. A queixa é grande e muitos desses professores justificam, muitas vezes, a não concretização de determinados conteúdos em razão da necessidade de improvisações, que os obriga a ministrarem suas aulas dividindo quadras poliesportivas, quando existem, com dois colegas dando aula simultaneamente; ou ainda aproveitando cantinhos do pátio da escola para fazer uma aula de recreação - é claro que essa situação se estende para todos os professores(as) da escola, os quais são obrigados a dar aulas em salas pequenas e abarrotada de alunos. Aliado a toda essa problemática, some-se a questão dos ainda poucos investimentos para a educação e, conseqüentemente, de baixos salários, pouquíssimos investimentos em infra-estrutura dos espaços e equipamentos (prédios, equipamentos didáticos para aulas teóricas e práticas, entre outros). A conseqüência dessas péssimas condições de trabalho docente reverbera-se na falta de motivação dos professores, que apresentam sinais de cansaço, adoecimento e desistência da educação. Isso tudo sem contar com o desinteresse dos alunos pelas

práticas significativas da cultura corporal e de movimento tão essenciais para a formação deles. Essas questões aparecem de forma recorrente nas lutas dos professores por mais dignidade e verbas para a educação durante as incessantes greves verificadas nos últimos anos.

Quando se trata das práticas corporais desenvolvidas nos espaços e equipamentos não-formais e informais voltados para o lazer, o que se percebe ainda é uma falta de planejamento mais sistemático, que vise não só a improvisação e o reaproveitamento de espaços e equipamentos, mas, efetivamente, um planejamento urbano que leve em conta as reais demandas sociais, priorizando a construção de outras possibilidades de manifestação dos conteúdos culturais do lazer, articuladas com a participação da sociedade (planejamento participativo).

É bem verdade que nos dois mandatos do Presidente Lula pode-se perceber um significativo incentivo às práticas corporais, na perspectiva do desenvolvimento e apoio e projetos sociais de esporte e lazer, como o PELC e o Segundo Tempo, bem como a preocupação com a pesquisa sobre o tema, através de publicações financiadas pela Rede CEDES (<http://www.labomidia.ufsc.br/redecedes/>). Apesar disso, os montantes aplicados a tais programas são ínfimos quando comparados aos orçamentos públicos destinados ao esporte profissional e, sobretudo, aos megaeventos que vem sendo planejados para serem realizados no país. O que se percebe é uma crença ingênua, conforme já foi abordado nesta revista no *Dossiê 2007-2016 - A Década dos Megaeventos Esportivos no Brasil*⁷, de

7 Motrivivência, ano XXI, N° 32/33, p. 09-15, Jun-Dez./2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/1499>

que, com a sua realização, haverá maior democratização do acesso aos bens culturais esportivos e de lazer, considerando os legados prometidos à sociedade brasileira.

Na verdade, usa-se o dinheiro público para construir avenidas, conjuntos habitacionais, viadutos, parques, ampliação de aeroportos e equipamentos esportivos cuja destinação e uso futuro não atendem necessariamente às demandas da maioria da população. Exemplo disso está na construção do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, em cujas áreas viviam trabalhadores empobrecidos, que foram praticamente expulsos ou que foram indenizados por quantias irrisórias para ceder espaço para grandes investimentos capitalistas⁸.

Essas questões são de suma importância quando está em pauta o tema dos espaços e equipamentos para o lazer, o esporte e a Educação Física. Sendo assim, quando se faz uma leitura nos textos publicados nesta sessão, observa-se que muitos deles contemplam os conteúdos da ementa, trazendo outras questões embutidas tais como: brinquedoteca como espaço de produção de conhecimento, o tempo e o espaço da Educação Física no campo (questão indígena); os espaços e equipamentos urbanos para o lazer e acessibilidade; a infra-estrutura e a prática pedagógica da Educação Física; reflexões críticas sobre os espaços e equipamentos para a Educação Física escolar e não escolar; reflexões sobre os investimentos em infra-estrutura para os megaeventos; o problema dos espaços e equipamentos no cotidiano das escolas e os fatores que geram estresse.

A capa e as imagens dessa edição integram-se à seção temática como um texto visual. A arquiteta Elvira Almeida⁹ propõe esculturas e brinquedos (*bichos malucos*) que fogem ao desenho tradicional dos playgrounds ou monumentos destinados apenas à contemplação. Empregando madeira reflorestada e diversos materiais industriais reciclados, os projetos de Elvira de Almeida são desenvolvidos a partir do repertório cultural brasileiro, com a integração de elementos de várias procedências e com a participação estreita dos artesãos construtores e dos próprios usuários, muitas vezes em regime de mutirão. Endereçada principalmente às crianças, essa arte lúdica, está ao alcance dos olhos, do corpo e do espírito de qualquer cidadão.

Esses projetos foram realizados durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992, junto com o DEPAVE e EMURB. Era um projeto de caráter participativo que contaminou toda aquela administração. Deste modo, o projeto envolveu administradores de parque e “mutirantes” de conjuntos habitacionais que ajudavam a resgatar da natureza e dos lixões materiais para a criação das esculturas-brinquedos. Paralelamente a este projeto, também foi possível construir/reconstruir espaços lúdicos escolares, contando com a participação das crianças na concepção do projeto paisagístico, nos muros, mosaicos, pisos e as esculturas que compunham o cenário de brincar. As crianças e o público foram personagens e público das histórias que foram ali representadas. Seu projeto, nos primeiros parques, a partir do Butantã,

8 Ver dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa do Mundo no Brasil, disponível em: http://comitepopulario.files.wordpress.com/2011/12/dossie_violacoes_copa_completo.pdf

9 ALMEIDA, Elvira. **Arte lúdica**. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1997.

utilizava como material básico a madeira reflorestada ou sucata ambiental, iniciando, assim, um projeto de “arte lúdica” nos espaços urbanos. Estas obras utilizavam refugos urbanos na intenção de devolvê-los à cidade como *esculturas-brinquedo*.

O objetivo era reaproveitar esses elementos da natureza para que não virassem lixo, fato este que poluiria mais ainda a cidade de São Paulo. Trata-se de “uma forma poética de inverter o quadro da degradação ambiental, transformando, até do ponto de vista da linguagem, o refugio em arte” (ALMEIDA, cf. citado, p.19). De acordo com a autora, os espaços e equipamentos lúdicos, devem ser criados como forma alternativa à arte contemplativa, visando à dimensão de uma arte pública e democrática, isto é, verdadeiras galerias de arte abertas para aqueles que não podem freqüentar museus e galerias de arte elitizadas. A idéia é produzir espaços e equipamentos democráticos que “estejam ao alcance dos olhos, do corpo e do espírito de qualquer cidadão”. Isto significa, em termos de democratização da cultura e do lazer, “criar lugares onde as comunidades que tradicionalmente não teriam acesso ao poder possam exercitar seu corpo criativamente, com alegria, imaginação, estabelecendo um diálogo entre si através do mundo das artes visuais”. Esta concepção de espaço utópico continua sendo de suma atualidade e importância, considerando a degradação crescente nas cidades, sobretudo de porte médio e grande, onde as crianças e jovens carecem de espaços educativos para construir história e cultura, a partir de seus jogos e brincadeiras. Tudo isso é importante, considerando que o jogo e a brincadeira sempre estiveram presentes, em todos os tempos, tanto na poesia, na dança, no culto e no próprio cotidiano.

Pensando deste modo, a arte sempre foi estimulada por este fermento da vida que é a *expressão lúdica*. Em suma, a expressão lúdica pode ser concebida como “ato de movimento, criação e fruição transformadores e não simplesmente atividade física ou de puro entretenimento” (ALMEIDA, cf. citado, p.23).

A idéia utópica e síntese da arquiteta Elvira Almeida é de que os arquitetos possam construir projetos, buscando jogar com as formas e o imaginário, que possam proporcionar uma arte lúdica para quem usa os espaços e equipamentos. A partir dessa concepção, crianças, jovens e adultos poderiam montar os elementos dos *kits* de mobília, manipulando múltiplos com formas de encaixar ou simplesmente brincar nas esculturas do parque. Isto proporcionaria possibilidades de interação, reinvenção e exploração dos espaços e equipamentos (esculturas). Todo esse processo poderia se constituir em fruição lúdica, revelando-se como *fator cultural de conhecimento*.

Cabem, ao final deste editorial, duas referências importantes. A primeira delas, para destacar a justa homenagem que temos o prazer de prestar à querida professora Eustáquia Salvadora de Sousa. A pedido dessa editoria, os colegas Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto e Daniel Marangon D. Teixeira nos oferecem uma biografia da nossa homenageada, ressaltando sua trajetória humana e profissional, rica em ensinamentos e exemplos a toda uma geração de professores e professoras de Educação Física do Brasil.

Outro aspecto a ser ressaltado é que, dando continuidade aos esforços de

aperfeiçoamento da revista, estão sendo tomadas várias medidas de gestão, como a revisão e ampliação do corpo permanente de avaliadores, a adequação do texto de informações aos leitores e dos procedimentos de avaliação dos originais. Neste mesmo sentido, simbolicamente, essa edição representa um momento ímpar, que é, enfim, o do resgate pleno da nossa perio-

dicidade. Depois de muitos anos, a data da edição fixada na capa do periódico volta a coincidir com a data da sua publicação. Celebremos, pois!

Florianópolis, dezembro de 2012.

Mauricio Roberto da Silva;
Giovani De Lorenzi Pires
Editores